

Na política pública do eólico onshore é objetivo apostar na “renovação” e não na criação de “novos parques”, diz João Galamba

29 de Janeiro, 2021

Nos dias 27 e 28 de janeiro, a APREN (Associação Portuguesa de Energias Renováveis) juntamente com a Wind Energy and Biodiversity Summit (WIBIS) promoveram um ciclo de conferências, onde especialistas locais e internacionais debateram sobre as práticas mais sustentáveis relacionadas com a energia eólica e a biodiversidade.

Coube a **João Galamba**, secretário de Estado da Energia, fazer um balanço do setor eólico em Portugal e as perspetivas para o futuro do mesmo. Dentro da política pública do eólico *onshore* é intenção do Governo não fazer leilões iguais aos de Espanha: “Não porque tenhamos qualquer problema com a eólica. Portugal tem uma potência eólica maior que Espanha e, neste momento, o que se perspetiva não é a necessidade de novos leilões ou pontos de injeção dedicados ao eólico mas sim olhar para a capacidade instalada que já temos e perspetiva-lá para o futuro”.

Este entendimento, que advém da informação e de estudos, leva a crer que Portugal conseguirá cumprir as metas do PNEC (Plano Nacional de Energia e Clima) partindo da capacidade eólica já instalada (no país), apostando seriamente no *repowering* e no subequipamento: “Temos muitos parques instalados com tecnologia antiga. E dos estudos que conhecemos é possível reduzir as metas do PNEC, reduzindo em 30% o número de aerogerador”, diz o responsável. Perante este facto, torna-se “difícil defender” novos leilões para o eólico como se tem feito para o solar: “No solar, temos uma competitividade elevada e uma penetração baixíssima”, sendo que os leilões “inverteram a situação”, tornando-se num “instrumento de política pública” capaz de tirar partido de um “conjunto de recursos”, atendendo à “escassez dos pontos de ligação”, reforça. Por isso, é objetivo do Governo apostar na “renovação” que existe e não na criação de “novos parques”. Ainda assim, atenta Galamba, isso não significa que não haja novos parques em Portugal, dando nota que, foi anunciado, na semana passada, um investimento da EDP.

“Como criar um quadro de incentivos e de políticas públicas” que permita criar condições para que os “atuais parques” apostem no “subequipamento” e no “repowering” é o grande desafio destacado pelo secretário de Estado da Energia, sendo precisamente nisso que o Governo está a trabalhar.

Contudo, o mesmo não aplica para o *eólica offshore*, onde se “justifica” a possibilidade de um mecanismo de leilão no médio-prazo. E as razões apontada por Galamba centram-se, desde logo, pelo de facto de estar mais próxima do solar do que do eólico onshore: “Temos um potencial elevado e uma penetração muito baixa, sendo objetivo incentivar investimentos em projetos de raiz,

contemplando assim a possibilidade de abrir leilões, tirando partido do recurso existente, que é significativo em Portugal, e dos investimentos já realizados na rede, rentabilizando os mesmos e testar a possibilidade os aumentar”.

Para João Galamba há ainda uma outra área de grande potencial para o eólico que se prende na “complementaridade” com o solar: “Queremos criar as condições para que haja de facto a possibilidade – de quem investe hoje ou já investiu no solar – de hibridização tirando partido das sinergias anteriores que nos parece ser uma forma eficiente de olhar para o futuro”.

[blockquote style="1"]Todas matérias no futuro do mercado elétrico serão sistemas complexos de gerir[/blockquote]

Relativamente a algumas das questões que foram abordadas ao longo da mesa redonda – Os mercados de eletricidade – João Galamba quis comentar o mercado de serviço de sistema, dizendo que a perspetiva do Governo é aderir ao maior número de agentes e tecnologias possível: “Os leilões e o que aconteceu nos últimos anos em Portugal dá boas perspetivas de um melhor funcionamento”. E uma das matérias que o responsável considera ser interessante é “avaliar” a criação de “mercado de serviços de sistema locais” e, assim, “dotar o sistema da flexibilidade que todos desejamos”.

Sobre o “perfil dos investidores” e dos “desafios futuros do sistema elétrico”, sobretudo, no que diz respeito às questões da “flexibilidade”, Galamba considera que todas matérias no futuro do mercado elétrico serão sistemas complexos de gerir. E uma das dúvidas que o Governo tem é precisamente, na forma como devem ser geridos os perfis dos investidores que “não estão de todo detalhados para este tipo de desafios”, não sendo o seu modelo de negócio, apenas se tratando de um “investimento financeiro”.

É certo que o mercado está a mudar e é cada vez mais exigente: “Muda não só para os decisores políticos que têm de encontrar as melhores soluções legislativas e outras mas, também, para os investidores que terão que se movimentar cada vez mais e com outras características diferentes do passado”, remata.

Sob o mote “*Redesigning wind energy for the next era*” o evento da APREN e da WIBIS teve como objetivo abordar os vetores de desenvolvimento do setor eólico que melhor contribuem para os objetivos e metas nacionais de 2030.